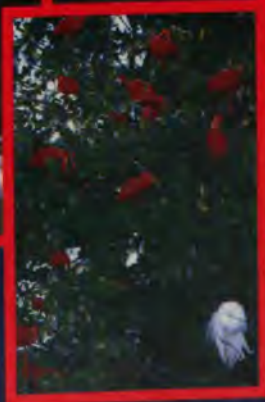
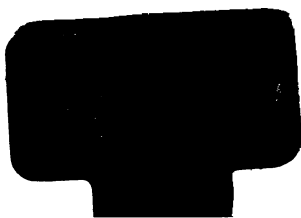
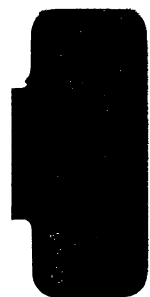


DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

*Documento Síntese do
Seminário Internacional,
realizado em 24, 25 e 26
de setembro de 2002, em
São Luís - Maranhão*





Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA
Representação do Brasil

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR**

Documento Síntese do Seminário Internacional

**Realizado em 24, 25 e 26 de setembro de 2002
São Luís - Maranhão**

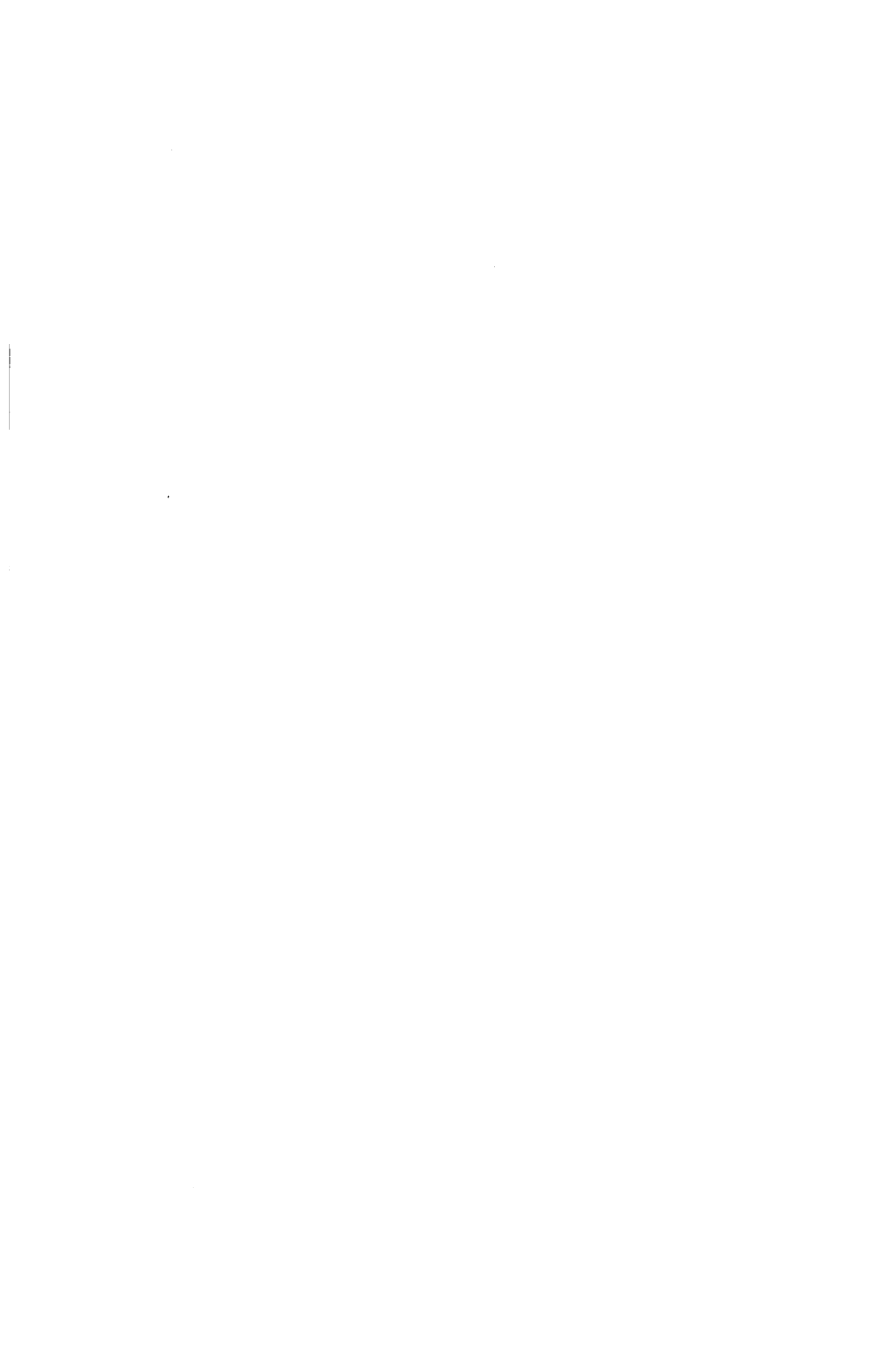
00005879

11CA
E50
869

Este documento contém uma síntese das palestras apresentadas no seminário Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar acrescida de um capítulo com conclusões e recomendações. Foi elaborado pelos relatores Aureliano da Costa Matos e Tetsuo Tsuji, com a colaboração de Carlos Miranda. Não vislumbra, em hipótese alguma, esgotar os temas abordados e as discussões ocorridas; ao contrário, tem por objetivo servir de base para a ampliação de debates, no Estado do Maranhão, com vistas à formulação de uma política estadual de desenvolvimento rural sustentável.

CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Apresentação	7
1. Antecedentes.....	9
2. Desenvolvimento Rural Sustentável no Contexto da Globalização....	11
2.1 – O mundo globalizado.....	11
2.2 – Interpretações para a globalização.....	12
2.3 – Conseqüências da globalização.....	13
3. Aspectos Conceituais.....	19
3.1 – Pressupostos do enfoque territorial.....	19
3.2 – Desenvolvimento local e territorial.....	21
3.3 – A sustentabilidade e o mercado.....	22
4. Nova Institucionalidade para o Desenvolvimento Rural Sustentável...	25
5. Política de Desenvolvimento Rural Sustentável - princípios a serem observados.....	31
5.1 – Organização político-institucional e social dos territórios.....	31
5.2 – Ações econômicas.....	32
6. Referências para o Estabelecimento de Estratégias para a Implementação de uma Política de Desenvolvimento Rural Sustentável.....	35
7. Lições Aprendidas com a Execução de Programas e Experiências Anteriores de Desenvolvimento Rural.....	37
8. Conclusões e Recomendações.....	41
Anexos.....	45



APRESENTAÇÃO

O combate à pobreza rural no Maranhão é prioridade do governo do Estado e deve ser exercitado num contexto de desenvolvimento sustentável que inclui o resgate da dignidade social, o fortalecimento da agricultura familiar, o respeito à cultura e a busca pelo efetivo exercício da cidadania.

Foi com esta visão que o governador José Reinaldo Tavares implantou a Gerência de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Geagro) e convocou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável a participar ativamente das decisões do governo por intermédio do Pacto de Gestão Compartilhada. O objetivo é pensar o Maranhão rural, aproveitando suas potencialidades e facilitando o acesso dos produtores e das comunidades rurais ao conhecimento e à informação.

Para a Geagro, as parcerias são essenciais à implementação de políticas consistentes de desenvolvimento sustentável no Maranhão. Por isso, tem trabalhado, nos últimos anos, em permanente parceria com o Banco Mundial (BIRD), a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). No âmbito destas parcerias é executado o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) – Comunidade Viva –, cujas ações estão dirigidas ao desenvolvimento rural sustentável e ao fortalecimento da agricultura familiar.

Com o objetivo de trocar informações e conhecimentos e coletar subsídios para a formulação de políticas públicas, a Geagro e seus parceiros realizaram o Seminário Internacional “Desenvolvimento Rural e

Agricultura Familiar” que propiciou valiosos subsídios sobre a abordagem, as metodologias, as estratégias e os instrumentos de desenvolvimento rural sustentável do Maranhão, contribuindo efetivamente para que se supere o desafio de promover a inclusão das populações pobres e de estancar e combater a pobreza no cenário das economias globalizadas.

Esta publicação, oportunamente viabilizada pelo IICA, permitirá que muitos outros atores sociais possam apossar-se das informações e dos conhecimentos debatidos com especialistas nacionais e internacionais no decorrer do seminário, usufruindo as ricas experiências trocadas ao longo de três frutíferos dias de trabalho.

Com certeza, os conhecimentos aqui socializados contribuirão enormemente para o processo de construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento para o Maranhão, focado na promoção do homem e alicerçado em suas dimensões de sustentabilidade: a econômica, a social, a ambiental, a política e a cultural.

As idéias aqui contidas serão, certamente, aperfeiçoadas com o debate e, assim, a Geagro receberá um significativo reforço para o cumprimento da missão de "promover o desenvolvimento rural sustentável, a partir da utilização e da valorização das potencialidades locais, com ênfase na produção familiar e na integração com outras políticas setoriais, visando a melhoria da qualidade de vida das populações".

Conceição Andrade

Gerente de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural
do Maranhão.

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES

O Governo do Maranhão mantém com o Banco Mundial, com a Agência Brasileira de Cooperação e com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura acordos de empréstimo e cooperação técnica para o combate à pobreza rural no Estado.

Esses acordos, associados aos recursos do Estado, estão materializados no Projeto COMUNIDADE VIVA, que vem viabilizando a execução de importantes ações de apoio ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar, cujo objetivo é o de melhorar as condições de vida das populações do interior do Estado e possibilitar a aplicação prática de conceitos e de metodologias de desenvolvimento sustentável, tendo sempre presente o aprimoramento do processo democrático e a ampliação das oportunidades para o efetivo exercício da cidadania.

O Projeto COMUNIDADE VIVA defronta-se permanentemente com desafios que obrigam os seus gestores e os diversos atores sociais, participantes de sua execução, a aprofundar reflexões, ajustar conceitos, reexaminar metas e rever estratégias operacionais ligadas ao tema desenvolvimento rural sustentável e agricultura familiar.

Neste contexto, e diante de histórica reivindicação da sociedade, o Governo do Estado criou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e implantou a Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Geagro).

Cabe a esta nova instância governamental, dentre outras funções, estabelecer as bases das políticas públicas que objetivem o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Maranhão.

Eis o propósito do Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar que reuniu diversos agentes da esfera estatal e da sociedade civil: contribuir para o estabelecimento de um referencial técnico, a partir do debate sobre as experiências locais, nacionais e estrangeiras, que possibilite o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento de territórios rurais em bases sustentáveis.

O seminário cumpriu integralmente a programação anexa, tendo uma frequência média, em cada uma das sessões, de 350 participantes, de um total de 400 inscritos.

Além dos conferencistas estrangeiros, participaram do seminário representantes dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, São Paulo e do Distrito Federal. Houve, ainda, a presença de participantes do Chile e dos Estados Unidos.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO
CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

2.1 – O mundo globalizado

No momento histórico atual, o mundo dos negócios, das finanças e da política apresenta, aos olhos encantados dos leigos, a ilusão da possibilidade ilimitada de construir uma “aldeia global”, livre de carências e de necessidades materiais.

No entanto, um grande número de pessoas desconfia dessa economia excludente, ávida pelo lucro, desligada da vida, incapaz de refletir sobre si mesma e de perceber as paixões da humanidade e os murmúrios da natureza.

Vivemos uma aceleração da história. O efeito instantâneo das novas tecnologias de comunicação, da telemática e da logística unifica os territórios nacionais, estruturando complexas interdependências e perversas dependências.

O futuro chega rápido. É difícil entender a complexidade das transformações multiformes e dinâmicas em marcha. É difícil ter clareza sobre suas significações, porque sempre há, pelo menos, dois pontos de vista, duas versões, em tudo. Nessa complexidade, o mundo global e o mundo local se interpenetram dinamicamente estabelecendo interconexões, criando diversas “hibridações sociais”.¹

¹ Lizst Vieira, *Cidadania e Globalização*, Editora Record, São Paulo, 1997.

Faltam conceitos que permitam distinguir os novos rumos do desenvolvimento humano e sustentável. As categorias fundamentais do atual modelo de “desenvolvimento” capitalista são impotentes para responder às calamitosas condições sociais e ambientais do presente.

Uma das características marcantes da atualidade é a consolidação de um sistema mundial integrado globalmente, em escala e intensidade nunca antes verificadas na história da humanidade.

A globalização modifica fronteiras e sociedades, cria novos mapas, novos arranjos políticos e novas sociabilidades. O capitalismo global redimensiona os conceitos de espaço e tempo, produz uma quantidade enorme de vínculos assimétricos que mexem com Estados inteiros e, por conseguinte, com o seu ordenamento social vigente e as suas identidades.

2.2 – Interpretações para a globalização

O fenômeno da globalização pode ser interpretado a partir de, pelo menos, duas visões distintas:

- a) Na visão neoliberal, a globalização aparece como um poderoso processo tecnológico e econômico que transforma a essência do sistema social vigente, em escala planetária, sendo irresistível e irreversível. Todas as sociedades devem se ajustar a esse capitalismo global para sobreviverem. Qualquer resistência deve ser interpretada como *caminhar na contramão da história*.
- b) Na interpretação histórica, a globalização é essencialmente uma expressão contemporânea da mundialização do capital. Uma trajetória, inerente ao capitalismo, existente há mais de 500 anos. É chamada de “nova” economia e expressa apenas uma avançada etapa do velho processo de internacionalização do capital. O que é absolutamente novo nesse processo é o imenso poder dos *mega* atores financeiros.

A globalização associa a acumulação global a um projeto geopolítico, que no Brasil se expressa, por exemplo, na aceleração da implantação da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), no processo de entrega da Base Aeroespacial de Alcântara, na militarização dos territórios amazônicos ou nas novas exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) que “sugere” um aperto fiscal ou um arrocho de 3,88% do Produto Interno Bruto (PIB).

2.3 – Conseqüências da globalização

A agricultura familiar brasileira passa por um rápido processo de mutação social e econômica. A cada dia aumenta a pluriatividade dos produtores familiares, cresce a diversificação das fontes de renda, surgem novas combinações de atividades produtivas e de estratégias familiares de sobrevivência.

Grande parte dos agricultores pobres somente pode se reproduzir tornando-se pluriativos. Daí a importância de trabalhar a “nova ruralidade”, partindo de um enfoque territorial, multidimensional, participativo, impulsionado por uma nova institucionalidade², articulada por vínculos de cooperação e complementaridade entre agentes e atores sociais.

Nenhuma comunidade pode sustentar processos de mudança quando não vive de maneira coerente com seus próprios valores, porque a vitalidade das comunidades rurais está enraizada na identidade.

De outra parte, é indispensável entender o processo de desenvolvimento sustentável como um esforço essencialmente cultural. É estratégico aproveitar a força das especificidades territoriais.

Esses padrões e regularidades que identificam o *jeito de ser* de um determinado grupo humano, em meio à dispersão de comportamentos e atitudes, representam energias coletivas e se contrapõem à racionalidade a qual afirma que os elementos econômicos são as forças determinantes da evolução social como uma espécie de “fundamentalismo desenvolvimentista”, que confere caráter absoluto à sua própria racionalidade.

O Brasil é um país mal desenvolvido, principalmente por ter adotado um padrão de “desenvolvimento” socialmente perverso, dependente, concentrador de renda, riqueza, oportunidades, conhecimentos, ativos produtivos e poder. Aceitou as regras do jogo da nova ordem econômica mundial como fatalidade histórica, subordinando-se às demandas da hegemonia norte-americana. E hoje, pela crise do capitalismo, está vivendo uma situação de reversão neocolonial: exclusão social, alienação social, perda de vínculos de solidariedade, mortalidade infantil, desintegração comunitária, crise de identidades, fragmentação social, menos qualidade

² Ver item 3 deste documento.

de vida para a classe média, descrédito democrático, corrupção das instituições políticas, aumento da delinqüência, destituição de cidadania, crescentes riscos no uso inadequado do espaço público, violência, corrupção generalizada, discriminação, racismo. Todas essas situações são expressões dos processos sociais patológicos que concedem ao Brasil uma lógica insustentável de desenvolvimento.

São também decorrências do processo de globalização, na perspectiva aqui comentada:

a) Concentração e volatilidade do capital financeiro

As grandes massas de capital estão altamente concentradas e voam pelo mundo buscando aplicações mais lucrativas. Esse capital especulativo está colocando toda a economia mundial numa situação de grande vulnerabilidade.

No Brasil, o mercado financeiro unificado determina apertos fiscais com o intuito de equilibrar o orçamento e facilitar o pagamento das dívidas. Se o país não realiza a política fiscal determinada pelo capital financeiro, o chamado capital especulativo simplesmente evade-se.

b) Constituição de áreas de livre comércio: A ALCA

A atual recessão mundial tende a prejudicar as exportações brasileiras. O Brasil vai ter que restringir importações e, por outro lado, enfrentar duras políticas protecionistas, o que pode representar uma política recessiva. Para os norte-americanos, o crescimento do comércio é essencial, uma vez que a América Latina compra 44% do total de suas exportações. Por isso, a aceleração da ALCA é prioridade para os Estados Unidos, que assedia o Brasil por todos os lados, procurando expandir a territorialidade do seu mercado. Cerca de 80% das 500 maiores multinacionais têm filiais no Brasil, terceiro destino dos investimentos diretos, só perdendo para os Estados Unidos e para a China.

c) Existência de passivos líquidos gigantescos

O endividamento do Estado brasileiro cresce a ponto de ameaçar sua autonomia. A dívida externa vira dívida eterna. Isto resgata, por outros meios, a continuação da política colonialista.³

³ Se calcularmos quanto foi pago de juros quando os bancos internacionais decidiram, unilateralmente, em 1982, aumentar os juros de 6% para 20%, pode-se demonstrar que a dívida está paga e em excesso.

Produzir e exportar é o grito de guerra do Governo Brasileiro; *não comprar* é o grito de guerra dos norte-americanos. Os excedentes agrícolas brasileiros têm pouca competitividade nos mercados internacionais, em função da perversa competição de países que subsidiam fortemente esse setor. No “livre mercado” a desigualdade não responde a questões de produtividade, mas às de políticas de subsídio. O Brasil representa a terceira agricultura do mundo e, contraditoriamente, produz 18 milhões de famintos e desnutridos.

d) A dívida externa compromete a relação ética com a natureza

Existe uma relação perversa entre a dívida externa e a dívida ecológica, na medida em que a dívida externa apaga qualquer ética de zelo pela natureza.

Quando uma sociedade prioriza o objetivo de produzir o máximo de riqueza, compromete e relewa, a um segundo plano, a sustentabilidade ambiental no curto prazo. Os únicos valores que pesam na equação da dívida são aqueles que podem ser quantificados em dólares. Dá-se pouco valor aos problemas ambientais, aos problemas dos agricultores de base familiar. Um dos desafios do desenvolvimento sustentável é encontrar estratégias territoriais que possibilitem a conciliação da conservação ambiental com a equidade e a qualidade de vida.

e) A marginalização dos trabalhadores não qualificados

A flexibilização do trabalho assimila os trabalhadores qualificados e marginaliza os não qualificados, que se tornam descartáveis, afastados da previdência social, e se transformam em “novos pobres”, em “sobras” do processo. Transformam-se, culturalmente, em alvos da indiferença, da discriminação, da hostilidade e da estigmatização social.

f) A urbanização do rural

O Brasil é um país com viés urbano. O desenvolvimento rural é percebido desde a perspectiva das cidades, partindo dos interesses metropolitanos. Predomina, ainda, a visão que considera o rural como sinônimo de atrasado. É necessário mudar o paradigma clássico de que a agricultura deve oferecer as condições para o desenvolvimento em geral e, em particular, o desenvolvimento urbano-industrial. Hoje parece prudente questionar-se o contrário, ou seja, sobre a contribuição do desenvolvimento urbano para o desenvolvimento agrícola.⁴

⁴ Alexander Schejtman, FAO, 1999.

g) O predomínio da lógica do mercado

A atividade humana está sendo engolida pela lógica do mercado. O sistema está formando consumidores e não cidadãos. O desperdício é estimulado pela mídia que cria novas necessidades associando-as aos nossos desejos mais íntimos. Não mais consumimos por necessidade, mas por ansiedade. Pagamos para ser enganados e invertemos os valores: a embalagem vale mais que o conteúdo; a publicidade, mais que a realidade.

A mídia e o espetáculo que ela proporciona fabricam simulacros de indivíduos, de instituições e de política. A televisão transmite imagens, não idéias, e as notícias apresentadas em “comprimidos” sensacionalistas não estimulam o entendimento de problemas complexos, desinformam.⁵

h) A exacerbação do consumo e os desequilíbrios ambientais

O desequilíbrio do consumo está destruindo a terra. Cerca de 20% da população mundial consomem 80% dos recursos do planeta. Estamos construindo um *habitat* feio, matando a alma da natureza, fonte de vida.

O mundo está dominado por uma consciência produtivista e caminha para um estágio de uso intensivo de energia, o que provoca desequilíbrios ambientais.

i) Recrudescimento dos índices de pobreza

Nos últimos 30 anos, o PIB do mundo cresceu cerca de 100%. Já o percentual da pobreza cresceu 1.000%⁶. Aproximadamente 25 milhões de pessoas tornam-se pobres por ano. Pela primeira vez, desde 1990, o índice de desenvolvimento humano caiu em 30 países. Cerca de 1,3 milhão de pessoas vivem com renda inferior a um dólar por dia. Hoje, a diferença de renda *per capita* entre o país mais rico do mundo e o mais pobre é de 140 para 1.

No mundo, trezentas e cinquenta e oito famílias são tão ricas quanto 2,5 bilhões de pessoas, quase a metade da população da terra. Hoje, a soma da riqueza das 250 pessoas mais ricas do mundo é igual a US\$ 1 trilhão e corresponde à soma da renda anual de dois bilhões de pessoas pobres.

⁵ Iván Auger, *Estilos de hacer política, grupos de poder y gobernabilidad en América latina*, Nueva Sociedad, Carlos Contreras (compilador). Reforma política, gobernabilidad y desarrollo social, Caracas 1996.

⁶ Antônio de Moraes, Folha de São Paulo, em 2.12.2001, segundo Robert Reich, ministro do Trabalho na administração Bill Clinton, em palestra na OIT (Genebra), 2001.

Em cada três brasileiros, um é pobre. Em cada seis brasileiros pobres, dois são nordestinos. O Brasil é, no presente, um país extremamente desigual. Os 20% mais ricos da população concentram 64% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres ficam apenas com 2,5% dessa renda.

A desigualdade é encarada como natural e está enraizada na escravidão, na abolição tardia, no elitismo, no paternalismo, no clientelismo, na indiferença, na invisibilidade perante o palco da tomada de decisões. Trata-se de um problema de cultura política, de falta de valores solidários e da incapacidade de responder livremente aos formidáveis desafios do desenvolvimento.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS CONCEITUAIS

3.1 – Pressupostos do enfoque territorial

O conceito de desenvolvimento rural sustentável ampara-se num enfoque de gestão do território rural e seu ponto de partida é a análise das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional. Seu objetivo é promover o bem-estar da sociedade rural. Neste contexto, propõe-se a formulação de estratégias e instrumentos de política para o desenvolvimento territorial em regiões principalmente rurais, especialmente naquelas que buscam corrigir desequilíbrios de receitas, baixas taxas de crescimento da produção e padrões inadequados de transferências e movimento de bens, assim como de uso insustentável dos recursos naturais.

A consolidação de resultados importantes no desenvolvimento do meio rural pode ser expressa em dois propósitos:

- a) a coesão social: entendida como expressão da comunidade rural e das sociedades nacionais integradas pela equidade, pela solidariedade, pela justiça social, pelo sentimento de pertinência.

A coesão social emerge como um desafio de inclusão e integração da economia rural, tanto em sua dinâmica interna quanto em sua economia nacional.

Numa sociedade desintegrada social e territorialmente é impensável gerar as condições estruturais para estabelecer uma economia eficiente, produtiva e competitiva. Daí a necessidade de inverter o círculo vicioso de exclusão, pobreza e ineficiência econômica. A inclusão deve ser no sentido da prosperidade e competitividade.

- b) a coesão territorial: entendida como a inserção de espaços, recursos, sociedades e instituições, interligados em um tecido que conforma regiões, nações ou espaços supranacionais, revelando-se e definindo-se como entidades cultural, política e socialmente integradas.

A coesão territorial é um desafio que emerge de espaços regionais e territoriais não ocupados que, assim permanecendo, ameaçam a integridade das sociedades e das nações latino-americanas.

As discrepâncias entre o desenvolvimento e a prosperidade dos territórios rurais e urbanos, ou entre territórios rurais entre si, constituem antecedentes perigosos de desintegração nacional, frente aos processos de integração internacional e globalização.

O enfoque territorial do desenvolvimento rural destaca a importância de um desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais em uma dupla dimensão: primeiro, que seja equilibrado em relação ao desenvolvimento de outros territórios, o que implica um acordo em torno de um projeto de país que minimize as diferenças entre seus territórios; segundo, que seja equilibrado no âmbito dos territórios rurais, balanceando objetivos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais.

O desenvolvimento rural deve avançar em direção à incorporação dos conceitos essenciais do desenvolvimento sustentável que estabelece a urgência de uma nova forma de organização social e uma nova cultura de produção e consumo que sejam capazes de beneficiar todos os membros da sociedade, garantindo a sustentabilidade entre gerações.

A adoção de um enfoque territorial implica definição de políticas públicas de desenvolvimento rural e manejo de recursos naturais. Em particular, o enfoque territorial pressupõe:

- a) reconhecer que nos territórios rurais existe uma dimensão urbana que deve integrar-se sinergicamente com o meio rural, não podendo ser ignorada;

- b) reconhecer que na medida em que as sociedades se desenvolvem, *rural* deixa de ser sinônimo de *agrícola*;
- c) destacar as diferentes funções (econômicas, sociais, culturais) cumpridas pelos sistemas naturais e o impacto que estes têm sofrido dos sistemas sociais e econômicos;
- d) destacar a relevância dos fatores históricos, culturais e institucionais que contribuem para a criação de especificidades territoriais que se manifestam nas diferentes formas de apropriação dos recursos naturais;
- e) destacar a importância do manejo ambiental e dos recursos naturais como elemento central nas estratégias de redução da pobreza;
- f) abordar a heterogeneidade presente na região em termos do estado do ambiente.

Entendidos esses critérios do processo de desenvolvimento, é mais fácil visualizar:

- a) a multiatividade dos territórios rurais;
- b) a necessidade de formular políticas que contenham múltiplos objetivos;
- c) a necessidade de superar o marco institucional tradicional e os investimentos fortemente inclinados no sentido do econômico;
- d) o estabelecimento de mecanismos institucionais que gerem opções de sistema participativo e aberto capaz de formular soluções a partir da base (de baixo para cima).

3.2 Desenvolvimento local e territorial

No Brasil, o espaço rural e urbano (Veiga, 2001), em que atua a agricultura familiar, envolve mais de 70 milhões de pessoas e está representado por 5.552 municípios em todo o país, no ano de 2001. Esses dados confirmam a necessidade de as propostas de desenvolvimento rural serem revistas em relação ao histórico do país.

Por espaço local entende-se o espaço geográfico suficiente e necessário para se produzir uma inter-relação dinâmica entre diferentes atores sociais, econômicos, privados, públicos e não-governamentais, de forma a produzir

efeitos positivos, que sejam círculos virtuosos, para o desenvolvimento dos territórios (cooperação, solidariedade, reciprocidade, relações sociais de proximidade, confiança, regras comuns tacitamente aceitas, etc.).

O território tende a ser uma microrregião (Teófilo, 2002) com claros sinais de identidade coletiva, compreendendo um número de municípios que mantenha uma ampla convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, que se articule com novos mercados e que promova uma forte integração econômica e social, em nível local. O conceito de territorialidade passa, então, a ser como o mecanismo central de fortalecimento dessa dinâmica regional, permitindo projetar para espaços mesorregionais, nacionais e internacionais a personalidade diferenciada e a visão de futuro de uma sociedade local organizada.

A criação de um novo ambiente institucional deve ser entendida como um processo de co-construção de organizações, regulamentações e de políticas públicas baseadas no diálogo e na negociação entre atores dispostos a respeitar a autonomia das dinâmicas locais em curso. Em particular, trata-se de eliminar as práticas tradicionais das instituições estatais, acostumadas a conceber e implementar intervenções com métodos verticais, autoritários e paternalistas.

Com este objetivo, as intervenções de um projeto de desenvolvimento territorial para áreas rurais – tal como se propõe – deveriam ser construídas a partir de trabalhos de *pré-diagnósticos* comunitários, baseados em dados e sistemas de informação elaborados conjuntamente entre líderes comunitários e técnicos dos órgãos de apoio.

É de fundamental importância para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento territorial, a participação dos indivíduos e das comunidades determinando as expectativas de desenvolvimento, fortalecendo seu patrimônio cultural e colocando as organizações a seu serviço. A ausência desses elementos determina uma imposição de expectativas que cria um desequilíbrio nos fatores sociais, econômicos, ambientais, culturais e políticos, tornando o desenvolvimento insustentável.

3.3 A sustentabilidade e o mercado

Outro aspecto fundamental para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento rural, nos moldes aqui propostos, é entender que existe um distanciamento claro entre os agricultores familiares e os consumidores.

Tal fato decorre principalmente de três elementos principais:

- a) desconhecimento dos interesses do consumidor;
- b) falta de acesso aos consumidores (capacidade de comunicação);
- c) redução da cooperação entre os diversos participantes das cadeias produtivas.

No imaginário dos cidadãos consumidores, a lacuna deixada pelo enfraquecimento das referências territoriais é facilmente conquistada pelas políticas de marcas globais com seus novos valores tribais (*news groups*) e com seus territórios virtuais de corte horizontal mundial. Além disso, os valores locais são associados a imagens globais num bombardeio de experiências sensoriais que busca atender necessidades artificiais. A mensagem global é transmitida em linguagem territorial.

A valorização do território em suas diversas dimensões é um importante caminho para o fortalecimento da competitividade e do desenvolvimento locais em bases sustentáveis. Os traços territoriais representam poderosas ferramentas de diferenciação de produtos para a construção de vantagens competitivas não-imitáveis.

Nesse sentido, quando associados a uma política para o posicionamento do *made in Brazil* no mercado internacional, esses traços podem ainda conferir atributos de confiabilidade à marca *Brasil*, revelando os conteúdos históricos, éticos e culturais das diversas e desconhecidas caras brasileiras.

Por outro lado, a valorização do território precisa compreender também a preservação e o fortalecimento dos interesses, expectativas, valores e culturas. Se isto é essencial do ponto de vista social, também o é do ponto de vista econômico, porque será por intermédio desta preservação e fortalecimento que se pretende guarnecer os processos produtivos locais. Portanto, no processo de desenvolvimento territorial, é essencial a interação entre todos os componentes sociais locais e a economia.

Os fragmentos territoriais podem ser facilmente capturados pelas políticas de marcas globais nos seus processos de ajuste tático a linguagens locais. No entanto, os efeitos dessas ações podem ser atenuados pelo fortalecimento das relações entre quem produz e quem consome. Essa proximidade é um recurso fundamental para a preservação das capacidades locais de apropriação e consolidação dos valores do território. Para isso, é

importante que se estimule a construção de condições para a formação de consumidores e produtores, cidadãos e responsáveis, capazes de contribuir para a reformulação coletiva das relações de trocas, incorporando ao mercado princípios e metodologias para o surgimento ou fortalecimento de um comércio justo, ético e solidário.

A territorialidade é também expressão de afirmação cultural capaz de permitir a criação de mecanismos que fazem com que os produtos e serviços locais sejam expressões claras da cultura territorial e tenham diferenciação tal, a ponto de caracterizar a localidade, a região.

Por este caminho, procura-se atingir o mercado consumidor, recuperando uma capacidade maior de relação produtor-consumidor, resgatando fatores culturais locais, ambientais e a interação entre o econômico e o social. A relação entre quem produz e quem consome pode atenuar os efeitos das políticas das marcas globais, nos processos de ajustes de sua imagem à linguagem local.

Na realidade, a territorialidade procura representar (ou recuperar), para fora do território, uma nova relação produtor-consumidor, criando uma capacidade do produtor de desenvolver mecanismos de comunicação essenciais para sua presença no mercado.

Da mesma forma, o fortalecimento dos sistemas produtivos locais, como expressão cultural e diferenciação de produtos, robustece a agricultura familiar como elemento estratégico da consolidação do desenvolvimento territorial, criando novas formas de sustentabilidade.

CAPÍTULO 4

NOVA INSTITUCIONALIDADE PARA O
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Uma revisão dos diagnósticos, realizada na última década, sobre a institucionalidade para o desenvolvimento rural em diferentes países latino-americanos permitiu extrair os seguintes problemas de ordem geral das organizações públicas do setor, comuns à maioria das estruturas públicas voltadas para o setor agropecuário e rural:

- a) Defasagem entre política, estratégias, instrumentos e organizações. As organizações que executam políticas públicas deveriam ter a capacidade de ajustar-se às mudanças de políticas e de instrumentos de desenvolvimento rural. Quando isso não ocorre, estabelece uma defasagem entre as novas orientações políticas e a natureza das organizações que as devem executar. Em consequência, é gerada uma incompatibilidade entre a missão institucional e o desafio de executar uma nova política pública.
- b) Dispersão institucional. Uma estrutura grande, com várias entidades e programas autônomos que cobrem o setor rural, gera dispersão capaz de confundir extraordinariamente os usuários. A população se defronta com um conjunto complexo de agentes, representantes, funcionários, procedimentos, regulamentos e instâncias que debilitam as relações entre o Estado, os empresários e as comunidades. Cada entidade estabelece regras próprias e atende, com pouca coordenação, seus próprios programas.

- c) Falta de capacidade política de cada entidade. Onde existe dispersão, há também o enfraquecimento da capacidade técnica e política para a execução daquilo que corresponde a cada instância. Na verdade, o que existe é um conjunto de entidades enfraquecidas cuja soma não corresponde a uma fortaleza institucional setorial. Esta dispersão implica igualmente uma competição irracional pelos recursos de investimento e dificulta bastante a capacidade de coordenação e planejamento.
- d) Perda de liderança institucional. A dispersão institucional traz consigo um preocupante processo de perda de liderança das entidades públicas do setor rural. O que, em outros momentos, significou a possibilidade de aglutinar energias e forças sociais e políticas, em torno de propósitos de políticas públicas, perdeu-se no tempo em decorrência de graves problemas de falta de liderança e de capacidade gerencial. A ausência de mérito como critério de escolha de dirigentes de entidades públicas tem debilitado gravemente a capacidade de liderança do Estado.
- e) Diferença de enfoque. Cada entidade trabalha com sistemas próprios de identificação de usuários, prioridade de populações, objetivo e enfoque das ações. Estes distintos sistemas se cruzam, se superpõem e, com exceções, impedem a sinergia dos diferentes instrumentos de política. Gera, assim, ineficiência e perda de confiança dos usuários, além de favorecer a discriminação e o clientelismo político.
- f) Redundância de ações e dispersão de recursos. Em decorrência desta estrutura, há comprometimento da eficiência dos gastos públicos. O que acaba ocorrendo é que nenhum programa dispõe de recursos suficientes para alcançar suas metas.
- g) Debilidade do sistema de planejamento e acompanhamento. Quanto mais disperso é a estrutura organizacional, mais frágil será o sistema de planejamento do setor. A concepção sistêmica que tenha o desenho institucional do setor refletirá diretamente no esquema de planejamento e acompanhamento setorial.
- h) Estruturas de descentralização incompatíveis. Em muitos casos, apesar de a política de descentralização ser clara, tal clareza não se traduz de maneira coerente em todas as instituições setoriais. O fato gera dois problemas: atraso no processo de autonomia local e falta de coerência no discurso público que prega a descentralização, mas mantém esquemas centralizados.

- i) Falta de controle social. Ao se manter a execução de ações que são claramente de sentido local em programas nacionais, restringe-se drasticamente a capacidade de as comunidades exercitarem o controle social.
- j) Tendência decrescente de investimentos. Existe uma grave tendência de redução dos recursos de investimentos nas entidades do setor que não se explica apenas pelas crises fiscais. O direcionamento de recursos de investimentos setoriais para fora das instituições públicas revela a evidente desconfiança dos próprios governos nas instituições existentes.
- k) Precário aproveitamento da experiência acumulada. Outro efeito das deficiências do sistema de planejamento, acompanhamento e avaliação é a falta do sentido histórico e acumulador da rica experiência setorial. Os governos do nosso continente têm posto em prática múltiplos instrumentos de política, de organização institucional, de sistemas de gestão pública e de organização setorial, embora estas experiências sejam pouco aproveitadas, estudadas e utilizadas para alimentar as novas estratégias. A raiz deste problema está na falta de visão de processo na política pública e na concepção de desenvolvimento institucional, este último entendido como algo natural na evolução das instituições. Isso acontece porque, em muitos casos, as instituições são, na verdade, conduzidas e afetadas por gestões voluntaristas e orientadas por objetivos de curto prazo.
- l) Instabilidade e falta de continuidade nas orientações gerenciais. A falta de continuidade de estratégias, instrumentos, programas e ações constitui uma restrição estrutural básica do êxito institucional. A abundância de projetos inconclusos desgasta enormemente a capacidade das instituições, com a agravante de que seu desmonte quase sempre não é acompanhado de processos de reconversão institucional, sendo comum encontrarem-se parados ou eliminados funcionários ou equipes técnicas responsáveis por programas que viabilizariam o desenvolvimento setorial agrícola, o que representa grandes desgastes profissionais e humanos e alto custo aos cofres públicos.
- m) Debilidade dos Ministérios de Agricultura para coordenar e orientar. A natureza intersetorial que nasce do sentido territorial e setorial da política de desenvolvimento rural sustentável implica um nível mínimo de coordenação e concorrência com políticas públicas que escapam à competência das organizações do setor. A fragilidade do setor se reflete na debilidade dos Ministérios de Agricultura e de suas entidades, que se limitam a coordenar ações pontuais de desenvolvimento rural.

Este diagnóstico permite estabelecer a gravidade da situação atual e a propriedade e urgência de empreender ações que possibilitem recuperar a institucionalidade pública. Uma política neste sentido, além de clara e precisa, deve ter em conta os seguintes pontos:

- a) O bom funcionamento e a transparência das entidades estatais é responsabilidade do Estado. A afirmação, aparentemente óbvia, é essencial para que se compreenda que não se justifica o desaparecimento de entidades estatais por razões de corrupção, ineficiência ou ingovernabilidade. O Estado é responsável pela preservação, nas entidades estatais, dos princípios de qualidade gerencial e não lhe cabe declarar sua incapacidade em alcançá-los.
- b) Não se podem promover ajustes nas entidades públicas sem que se façam ajustes na institucionalidade como um todo e nas regras do jogo. Não faz qualquer sentido mudar as entidades, mantendo os problemas de estrutura da política. Ao contrário esta tentativa significa altos custos sociais e políticos.
- c) No ajuste das entidades deve-se considerar um processo inteligente de capitalização das capacidades e dos recursos institucionais com que se conta atualmente.
- d) O ajuste institucional é processo permanente de desenvolvimento e deve estabelecer o tempo e as ações que sejam viáveis e sustentáveis.

Coerente com os princípios acima propostos, foram identificados cinco tipos de processos que abrigam funções do Estado e que requerem organizações públicas para que sejam desenvolvidos. São elas:

- a) organizações responsáveis pela definição de políticas e pela construção da visão estratégica setorial;
- b) organizações responsáveis pelo apoio ao mercado, pela eficiência produtiva e pela competitividade;
- c) organizações de regularização, proteção e administração para o uso sustentável dos recursos naturais;

- d) organizações de conhecimento para o desenvolvimento tecnológico e para a transferência de tecnologia;
- e) organizações para o desenvolvimento do território rural, o desenvolvimento empresarial e o desenvolvimento social.

CAPÍTULO 5

**POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL – PRINCÍPIOS A SEREM
OBSERVADOS**

O estabelecimento de uma política de desenvolvimento rural sustentável do Maranhão deve, antes de tudo, ser ajustado aos seus diferentes ecossistemas, ou seja, deve buscar alternativas diretamente relacionadas à solução de problemas e ao aproveitamento das potencialidades em cada um deles, no contexto de uma estratégia para o Estado como um todo.

Portanto, para cada situação específica, é de todo recomendável que se estabeleçam objetivos que sirvam para solucionar problemas específicos, típicos de uma região, tendo em conta o capital social e humano existentes, o grau de desenvolvimento e, acima de tudo, os valores e aspectos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais.

Em razão das discussões havidas no decorrer do seminário, cabe lembrar alguns aspectos que, confrontados com as peculiaridades locais, podem e devem ser considerados nas políticas públicas, sobretudo os relacionados à(s):

5.1 – Organização político-institucional e social dos territórios:

- a) estabelecimento de mecanismos de articulação de políticas públicas locais e regionais;
- b) ajuste da institucionalidade nos distintos territórios rurais existentes e desenvolvimento de novas instituições de governabilidade;

- c) formação e fortalecimento de organizações sociais e comunitárias de âmbito local;
- d) participação das organizações e de atores sociais na formulação de planos e projetos de desenvolvimento rural sustentável;
- e) qualificação do capital humano dos sistemas produtivos locais e da agricultura familiar;
- f) capacitação de lideranças representativas dos agricultores familiares;
- g) habilitação de instâncias locais (associações, sindicatos, ONGs, etc.) para a identificação de oportunidades de empreendimentos locais e regionais;
- h) profissionalização da gestão de novos empreendimentos rurais agrícolas e não-agrícolas;
- i) desenvolvimento de novas formas de cooperativismo;
- j) comunicação entre movimentos sociais, agentes produtivos, organizações de consumidores e demais atores da sociedade;
- k) criação de redes de cooperação e troca de informações e conhecimentos (observatórios de desenvolvimento).

5.2 – Ações econômicas

- a) promoção de redistribuição de ativos;
- b) valorização da qualidade social e da ética dos produtos, com vistas à sua inserção nos mercados justos;
- c) valorização e uso de potencialidades e de recursos locais;
- d) inserção dos agricultores familiares nos pólos de economia local;
- e) utilização do mercado como espaço de oportunidades e inovação;
- f) agregação de valor, como forma de maior apropriação de renda;
- g) criação de incentivos fiscais, financeiros e institucionais, objetivando a sustentabilidade dos negócios rurais agrícolas e não-agrícolas;
- h) financiamento e assistência técnica através de fundos para pré-investimentos;

- i) desenvolvimento de uma política de crédito assistido, alimentado por recursos públicos;
- j) implementação de programas de microempresa rural;
- k) constituição de fundos de capital inicial para microempresas rurais;
- l) diversificação das economias dos territórios rurais através da promoção de cadeias de agronegócios.

CAPÍTULO 6

REFERÊNCIAS PARA O ESTABELECIMENTO DE
ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA
POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

Uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável tomará em conta, pelo menos, os seguintes aspectos que devem ajustar-se às especificidades de cada território a que se destina:

- a) Organização e participação da sociedade. A sociedade organizada, através de suas mais variadas expressões (associativismo, ONGs, organizações de economia solidária, empresas cooperativas, entidades culturais, de vizinhança, étnicas, etc.), deve implementar estratégias e dispor de recursos que permitam:
 - (i) assegurar a capacitação para a gestão dos territórios rurais;
 - (ii) incorporar plenamente o uso de novas tecnologias de comunicação e informação;
 - (iii) aperfeiçoar os métodos de gestão e controle social, assegurando transparência;
 - (iv) reforçar a vida democrática das organizações e o amplo exercício da cidadania.

A evolução desejada das organizações da sociedade não depende somente da vontade de seus líderes. Este fator deve estar associado a um ambiente institucional propício ao exercício da democracia para que se possam construir redes de solidariedade e compartilhar visões de futuro.

- b) Políticas de incentivo ao ordenamento do espaço. As políticas de Estado para o ordenamento do espaço, além de continuar o processo de descentralização/desconcentração das organizações públicas, devem aprofundar a descentralização das ações públicas para que as suas execuções sejam assumidas por organizações não-governamentais. Cabendo destacar, particularmente:
- (i) as que potencializam a qualidade e a polivalência do capital humano (educação rural ajustada às especificidades dos territórios, capacitação profissional contínua de jovens e adultos, oportunidades para integrar as mulheres e os jovens na vida econômica e produtiva local);
 - (ii) as que apóiam a inovação e a iniciativa empreendedora nas comunidades (formação profissional de microempresários, cooperativas de produção e de serviços, incubadoras de empresas, fundos locais de capital de risco, instituições locais de *microcrédito*).
- c) Integração de um núcleo pluri-institucional estratégico para implantação de projetos de desenvolvimento territorial. A implementação de projetos desta natureza necessita que os órgãos públicos com funções estratégicas tenham suas ações regionalizadas e focadas nos territórios rurais, a fim de que os objetivos desejados sejam integralmente assumidos pelos seus diversos escalões.

A formação de um núcleo pluri-institucional de planejamento, com uma gestão coordenada e com mecanismos de monitoramento, é indispensável, e deve compreender, pelo menos:

- (i) a ativa participação de organizações representativas da sociedade e das organizações de governo em cada nível territorial;
 - (ii) a participação de agentes financeiros públicos estratégicos;
 - (iii) o apoio à pesquisa científica e tecnológica;
 - (iv) a contribuição ativa de órgãos de ensino nos diferentes níveis territoriais.
- d) Métodos de intervenção das principais instituições que atuam na área. As organizações devem desenvolver novas metodologias de intervenção local, tomando em conta a evolução do pensamento sobre desenvolvimento rural sustentável, o que servirá de parâmetro para uma revisão de seus mandatos ou missões.

CAPÍTULO 7

LIÇÕES APRENDIDAS COM PROGRAMAS E
EXPERIÊNCIAS ANTERIORES DE
DESENVOLVIMENTO RURAL

A partir os anos 60, as várias tentativas de desenvolvimento rural local na América Latina nem lograram êxito nem conseguiram estagnar o crescimento da pobreza.

Após várias tentativas, que acabaram aprofundando a má distribuição de renda, as questões relacionadas ao bem-estar provocaram a busca por um novo paradigma de desenvolvimento que incluísse a participação dos movimentos sociais.

Das tentativas anteriores, podem ser extraídas as seguintes lições:

- a) em geral, o desenvolvimento rural foi entendido como um investimento público em áreas de concentração de pobreza ou com potencialidade para a produção agropecuária;
- b) o investimento era direcionado para os elementos considerados como obstáculos ao crescimento da produção, a exemplo da assistência técnica, do crédito, da infra-estrutura produtiva, da capacitação e da organização dos produtores orientados para a produção;
- c) a pequena unidade de produção era privilegiada em relação aos investimentos e às intervenções normalmente direcionadas ao *homem-chefe-de-família*;

- d) as ações eram executadas por organismos públicos nacionais com pouca participação das comunidades e dos governos locais;
- e) os projetos ofereciam um número limitado de componentes para a população, predominando aqueles relacionados à produção agropecuária;
- f) as propostas eram homogêneas para uma população com enorme heterogeneidade rural;
- g) a articulação entre os projetos de desenvolvimento rural e as políticas macroeconômicas era baixa e havia pouca flexibilidade para que se adequassem às mudanças de contexto;
- h) as competências, as pessoas e as organizações públicas e privadas locais eram praticamente desconsideradas, caracterizando uma proposta tecnocrática, construída de cima para baixo;
- i) as propostas eram altamente dependentes de recursos externos oriundos de financiamentos de agentes multilaterais.

Como se vê, até meados dos anos 80, as intervenções em busca do desenvolvimento rural pouco modificaram as dinâmicas ou evitaram o aprofundamento da pobreza nas zonas rurais. Hoje, a população rural é praticamente a mesma dos anos 80, porém, o número de indigentes aumentou.

Na América Latina de hoje, a maior parte dos pobres rurais é constituída pelos pequenos produtores e seus familiares, trabalhadores agrícolas sem terra e indígenas, cabendo destacar as unidades de produção chefiadas por mulheres.

Nas regiões em que houve diminuição da pobreza rural, registram-se mudanças simultâneas em várias direções, destacando-se: acesso à terra e a outros ativos produtivos, melhoria na educação e na capacidade da população rural.

O acesso à terra permanece como problema crítico na maior parte dos países da América Latina, mantendo-se ainda altos coeficientes de acumulação de terras sob propriedade de poucos.

No começo dos anos 90, iniciou-se a construção de uma nova concepção de desenvolvimento rural que se baseava na intervenção centrada num

grupo de variáveis específicas, destacando-se, dentre elas, a mudança tecnológica, a terra e sua distribuição, a relação com os mercados, as políticas macro e as transferências de renda. Implica também pensar mudanças no meio rural, a partir do papel dos atores representativos dos diversos segmentos da população rural.

Neste contexto, cabe ao Estado assegurar o acesso indiscriminado das populações rurais aos direitos fundamentais, pois a democracia constitui um componente chave do desenvolvimento, não só em termos intrínsecos e instrumentais, mas também em relação à criação de valores e normas de convivência democrática.

Passou-se à compreensão gradativa de que somente os territórios rurais, como conjunto mínimo de relações e instituições sociais, permitem compreender a reprodução das famílias rurais e o funcionamento do poder.

Simplificadamente, o conceito de território rural corresponde aos espaços onde se localizam um ou mais agrupamentos urbanos e zonas rurais articuladas entre si. Existem unidades produtivas de diversos tamanhos. Ocorre uma certa divisão de trabalho entre a população e acontecem importantes encadeamentos de produção e consumo. Em tais territórios, se materializa a competição política para representação dos interesses dos cidadãos e se concretizam as pressões por uma maior participação da sociedade. Assim, é possível entender o funcionamento das liberdades, das capacidades e das limitações dos diversos grupos sociais.

Uma das lições mais importantes aprendidas é que a democratização dos territórios favorece o crescimento e a militância das organizações sociais locais em busca de mais espaço de participação.

A partir destas constatações, aprendeu-se que as novas propostas de desenvolvimento rural deveriam considerar:

- a) o crescimento econômico é necessário, mas não suficiente para promover o desenvolvimento rural;
- b) o acesso das populações rurais a ativos produtivos (terra, água, tecnologia, educação, saúde, capital financeiro, organização social e informação) é condição básica para a sustentabilidade do desenvolvimento rural;

- c) a possibilidade de múltiplos caminhos (não excludentes entre si) é fundamental para o desenvolvimento rural, destacando-se: o agrícola, a pluriatividade, a geração de oportunidades de trabalho, a migração e o *etnodesenvolvimento*;
- d) a descentralização é instrumento eficaz para minorar os efeitos do clientelismo político, do assistencialismo, do populismo, da falta de transparência administrativa, dentre outros vícios muito comuns à “democracia de delegação”;
- e) é necessário o fortalecimento e a reconstrução das instituições e organizações locais;
- f) a valorização das pequenas organizações permitem realizar controles sociais e estabelecer níveis de confiança que são complementares aos mecanismos utilizados por organizações maiores, normalmente mobilizadas para atuar na solução de problemas de maior escala;
- g) a precisão de atribuir igual importância ao processo e ao conteúdo das intervenções objetivam o desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 8

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A partir do que foi exposto e discutido no seminário, são apresentadas, em seguida, algumas conclusões e recomendações extraídas de cada uma das sessões:

- a) O mundo atual apresenta-se fortemente caracterizado pela globalização. Nada do que acontece em escala global deixa de ter algum impacto, mais cedo ou mais tarde, na escala local.
- b) A pulsação do mundo atual é de uma dinâmica tão intensa que nada parece escapar das relações sistêmicas entre cada componente local, nacional e global. A agricultura familiar também está naturalmente sujeita a esta inter-relação. Este é o cenário geral a ser considerado em qualquer proposta de desenvolvimento rural sustentável com ênfase na agricultura familiar;
- c) Durante quase 50 anos, as intervenções na busca do desenvolvimento rural pouco modificaram o estado e a dinâmica da pobreza nas zonas rurais. Hoje, a população rural é praticamente a mesma dos anos 80, porém, o número de indigentes aumentou. Na América Latina de hoje, a maior parte dos pobres rurais é constituída pelos pequenos produtores e seus familiares; trabalhadores rurais sem terra; negros e indígenas; cabendo destacar as unidades de produção chefiadas por mulheres.
- d) O acesso à terra permanece como problema crítico na maior parte dos países da América

Latina, mantendo-se ainda altos coeficientes de concentração de terras sob propriedade de povos.

- e) No começo dos anos 90, iniciou-se a construção de uma nova concepção de desenvolvimento rural que implica pensar mudanças no meio rural, a partir do papel dos atores representativos dos diversos segmentos da população rural.
- f) O desenvolvimento rural deve ser entendido como o fortalecimento das competências das pessoas e das comunidades rurais direcionadas a proporcionar-lhes os níveis de bem-estar escolhidos por eles próprios.
- g) A população assume papel ativo no processo de desenvolvimento rural, o que implica fortalecer a capacidade de escolha das pessoas entre diversas opções e oportunidades. Esta capacidade não pode ser limitada pela pobreza, pela ausência de alternativas econômicas, pela má qualidade dos serviços públicos disponíveis, pela falta de informação, pela tirania, pela insegurança ou pela violação dos direitos humanos. Ao contrário, essa capacidade de escolha enseja liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança.
- h) A nova concepção de desenvolvimento rural implica mudança do perfil do profissional que atua nesta área, valorizando suas características de animador social, seu comprometimento com as comunidades locais, sua capacidade de catalização de processos, bem como de aprendizagem com os diferentes atores sociais.
- i) O *rural* abrange outras atividades além da agricultura. Portanto, contrariamente ao que entende o senso comum, não é sinônimo de *agrícola*. A atividade agrícola é fator de dinamização de outros setores, dentre eles, o comércio e os serviços.
- j) Programas de desenvolvimento rural, atualmente desenvolvidos na Europa, a exemplo do LEADER (Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), têm caráter profundamente inovador. Valorizam, sobretudo, a participação comunitária, consideram as multiatividades do meio rural e a interatividade com o meio urbano, além de possuírem forte conotação de preservação do patrimônio natural e histórico. Apesar do contexto diferente na

América Latina, no Brasil e no Maranhão, poderão servir de referência para o amadurecimento de idéias sobre políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável.

- k) A nova institucionalidade tem uma relação direta com a política, ou seja, com o exercício do poder e implica considerar as diversas formas de interação e relacionamento entre agentes públicos e privados, no espaço social. Neste espaço, o papel do Estado é discutido e são estabelecidos novos códigos de atuação da sociedade civil, das empresas e das comunidades. É fundamental para o desenvolvimento rural sustentável entender o peso e a importância deste processo. Deve, a nova institucionalidade, ser entendida no âmbito da gestão pública e privada, quando considerada sua interação territorial no nível local, nacional e global. É neste processo que se busca conhecer a construção histórica e social das organizações, os espaços de exercício institucional do poder, o processo de transferências entre níveis governamentais das competências públicas, as estratégias, os papéis institucionais e, finalmente, o desafio das novas instituições.
- l) Existem alguns vazios institucionais. A internacionalização do capital, por exemplo, está ocupando espaço na esteira da ausência de instituições públicas supranacionais mais fortes, num mundo contemporâneo cada vez mais globalizado.
- m) Com raras exceções, as megaempresas, por sua vez, dominam o espaço social global, em razão da inexistência de organizações civis supranacionais de defesa de interesses específicos.
- n) Nos países emergentes e de grande incidência de pobreza, a necessidade de fortalecimento do poder público local decorre do processo em curso de enfraquecimento do poder público nacional, em face da globalização.
- o) Há que se considerar a necessidade de fortalecimento da institucionalidade pública nacional, tendo em vista que o poder público local subsiste, também, a partir delas.
- p) Para o fortalecimento da institucionalidade local, faz-se necessária a adoção de estratégias que tomem em conta o *empoderamento* das comunidades locais, a participação e a cooperação local, a busca da autonomia e a autogestão. Como corolário, recomenda-se que o

desenvolvimento deve partir das comunidades locais, respeitando suas culturas, valores, escolhas, e evitando, a todo custo, a imposição de rumos.

- q) O enfoque territorial do desenvolvimento rural permite entender mais facilmente as relações entre os grupos humanos e os recursos naturais. Integra as variáveis fundamentais do desenvolvimento sustentável em um espaço tangível, permite a rastreabilidade, pois possibilita ao consumidor identificar mais claramente a origem do produto, e, finalmente, em relação ao desempenho, vislumbra outros valores além da produtividade.
- r) A aplicação do enfoque territorial nas experiências do IICA tem mostrado maior identidade dos atores sociais com as proposta de desenvolvimento construídas; maior facilidade para o mútuo conhecimento dos grupos sociais; maior espontaneidade na expressão de conhecimentos, anseios e conflitos; maior capacidade de criação coletiva; maior integração e interatividade entre instituições públicas e privadas; maior facilidade em estabelecer novos caminhos de desenvolvimento; e mais ampla possibilidade de intercâmbio de conhecimentos e informações entre territórios.
- s) Constata-se uma distorção significativa no atual conceito de área rural utilizado pelo IBGE, pois fazem parte desta classificação as sedes de pequenos municípios e de distritos. Deve-se, então, reconsiderar a idéia de que está ocorrendo êxodo rural no Brasil, uma vez que efetivamente ocorre migração dentro de microrregiões.
- t) Uma importante referência para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento rural sustentável no Maranhão será o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em processo de elaboração pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- u) Recomenda-se a continuação, no Estado Maranhão, das discussões sobre desenvolvimento rural sustentável iniciadas no seminário, ampliando a participação da comunidade em geral, a partir da fixação de uma agenda de compromissos.

ANEXOS

**DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E
AGRICULTURA FAMILIAR****1. Objetivos**

- a) Refletir sobre potencialidades e desafios para construção de um novo padrão de desenvolvimento rural maranhense.
- b) Apresentar e debater as metodologias e as ferramentas atualmente utilizadas no Maranhão para planejar, implementar e gerir o desenvolvimento sustentável em nível comunitário.
- c) Fortalecer e melhorar o desempenho institucional do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.
- d) Sistematizar referências conceituais abordadas no evento para aplicação em futuras ações de desenvolvimento sustentável no Maranhão.

2. Público Participante

Atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável, com destaque para os agricultores familiares, profissionais do setor público, dirigentes políticos, universitários, representantes de movimentos sociais e do terceiro setor, dirigentes municipais e membros dos conselhos municipais e regionais.

3. Coordenação Técnica

- a) Pelo IICA: Carlos Miranda, Josemar Sousa Lima, Cristina Costa e Flávia Correia.

b) Pela Geagro: Nádia Martinez Delaglovis.

c) Pelo PCT-ABC/NEPE/IICA-PCPR-MA: Mary Domingas, Eudinéia Cutrim e Concita.

4. Financiamento

Banco Mundial.

5. Organização:

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

6. Promoção

Governo do Estado do Maranhão, por intermédio da Gerência de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Geagro) e do Comunidade Viva; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS-MA) e Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

7. Programação Técnica

a) Palestra 1: Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Mundo Contemporâneo Globalizado.

Palestrante: Carlos Jara, equatoriano, advogado, sociólogo e cientista político, PhD, consultor do IICA, ex-presidente do Banco de Desenvolvimento Rural do Equador, assessor do PCPR do Maranhão pela cooperação IICA.

Coordenador da mesa: Francisco Orlando Muniz, secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA.

b) Palestra 2: Abordagens e Estratégias Atuais para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Palestrante: Manuel Chiriboga, equatoriano, sociólogo, doutor pela Universidade de Lovaina, Bélgica, secretário-executivo da Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção (ALOP).

Coordenador da mesa: Alex Barril, especialista regional do IICA em desenvolvimento rural sustentável.

c) Palestras 3 e 4: A Visão Contemporânea do Desenvolvimento Rural na Europa.

Palestrante 1: Juan Luis Lloréns-Urrutia, espanhol, economista, PhD pela Universidade da Califórnia, Berkeley, sócio-diretor da Consultora LKS S. Coop., pertencente ao grupo vasco *Mondragón Corporación Cooperativa*, em Donostia-San Sebastián, Espanha.

Palestrante 2: Nuno Manuel Santiago Nogueira Jordão, português, engenheiro agrônomo, *master in business administration*, atualmente presidente da Comissão Nacional de Gestão do Programa LEADER.

Coordenador da mesa: Alex Barril, especialista regional do IICA em desenvolvimento rural sustentável.

- d) **Palestra 5:** As Novas Institucionalidades para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

Palestrante: Rafael Echeverri, colombiano, cientista político e administrativo, especialista em população e desenvolvimento, especialista do IICA em desenvolvimento rural sustentável.

Coordenadora da mesa: Maria Eline Barbosa de Oliveira, reitora da Universidade Estadual do Maranhão.

- e) **Palestra 6:** A Estratégia de Financiamento do Banco Mundial para o Desenvolvimento Rural na América Latina e Caribe.

Palestrante: Tulio Barbosa, *task manager* do Banco Mundial no Brasil.

Coordenadora da mesa: Maria Eline Barbosa de Oliveira, reitora da Universidade Estadual do Maranhão.

- f) **Palestra 7:** A Experiência do IICA em Desenvolvimento Sustentável Microrregional.

Palestrante: Sérgio Sepúlveda, chileno, PhD, diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável do IICA.

Coordenador da mesa: Ludgério Monteiro Corrêa, secretário-executivo do Programa Comunidade Solidária da Presidência da República

- g) **Palestra 8:** A Experiência de Desenvolvimento Rural do Equador: O PROLOCAL.

Palestrante: Fausto Jordán, equatoriano, economista agrícola pela Universidade Central do Equador, especialista em desenvolvimento

rural local e agroecologia, presidente da Rede Financeira Rural, assessor do Programa Equatoriano Europeu de Segurança Alimentar (PROEESA).

Coordenador da mesa: Ludgério Monteiro Corrêa, secretário-executivo do Programa Comunidade Solidária da Presidência da República

- h) Palestra 9: Agricultura Familiar e a Sustentabilidade do Desenvolvimento Rural no Brasil.

Palestrante: Murilo Xavier Flores, brasileiro, engenheiro agrônomo, mestrado em economia rural, coordenador técnico da Fundação Lyndolpho Silva.

Coordenador da mesa: Raimundo Nonato Caminha, supervisor do Banco Mundial.

- i) Palestra 10: A Proposta do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Palestrante: José Eli da Veiga, brasileiro, economista, doutor pela Universidade de Paris, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, colaborador do *Caderno de Economia* do jornal *O Estado de São Paulo*.

Coordenador da mesa: Raimundo Nonato Caminha, supervisor do Banco Mundial.

- j) Palestra 11: O Desenvolvimento Rural e a Agricultura Familiar: a experiência brasileira.

Palestrante: Manoel dos Santos, brasileiro, presidente da Contag.

Coordenador da mesa: Carlos Alves Moura, presidente da Fundação Cultural Palmares e membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

- k) Palestras 12 e 13: O Desenvolvimento Rural e a Agricultura Familiar: a experiência maranhense.

Palestrante 1: Conceição Andrade, brasileira, bacharela em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, ex-deputada estadual, ex-prefeita de São Luís/MA, ex-gerente de desenvolvimento regional de Itapecuru-Mirim e atual gerente da Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (Geagro).

Palestrante 2: Carlos Jara, equatoriano, advogado, sociólogo e cientista político, consultor do IICA, ex-presidente do Banco de Desenvolvimento Rural do Equador, assessor do PCPR do Maranhão pela cooperação IICA.

Coordenador da mesa: Carlos Alves Moura, presidente da Fundação Cultural Palmares e membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

- l) Apresentação dos resultados do seminário: Fizeram a exposição dos resultados obtidos no seminário Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar os relatores:

Relator 1: Aureliano Matos, especialista do IICA/Brasil em desenvolvimento rural.

Relator 2: Tetsuo Tsuji, consultor do IICA na Geagro.



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura - IICA
SHIS QI 5 Bloco D Comércio Local
71615-090 Brasília DF
Fone 55 61 248-5477
E-mail: iica@iica.org.br
Homepage: www.iica.org.br

FECHA DE DEVOLUCION

IICA
E50-869

Autor

Título **Desarrollo rural e agricul-
tura familiar**

Fecha
Devolución

Nombre del solicitante

